



Agir com as Populações Defender o Poder Local

3º Agir Local – Encontro de Autarcas e Ativistas Verdes
Almada, 16 de março de 2013 Partido Ecologista «Os Verdes»

Declaração

Conscientes da globalização dos problemas da humanidade e da pressão cada vez maior que o desenvolvimento e a exploração dos recursos naturais exercem sobre o planeta, pressão essa agravada pela crise económica e social de dimensão Global, os Ecologistas do Partido Ecologista Os Verdes consideram que é na ação local que reside a melhor forma de participar na construção de um país melhor e de um Planeta mais saudável.

Pensar Global, Agir Local tem sido sempre a forma de melhor atuar dos ecologistas, e consideramos por isso o Poder Local um instrumento fundamental na procura de soluções e alternativas às formas de desenvolvimento que dominam o Mundo de hoje e que sistematicamente ameaçam ecossistemas, sociedades e em última escala os Direitos Humanos.

Nós, Ecologistas do PEV, queremos um desenvolvimento humano ambientalmente e socialmente equilibrado e sustentável, e procuramos envolver sempre o maior número possível de cidadãos nesta demanda.

Esta ação local, fundamental ao desenvolvimento, a um melhor entendimento e a uma maior partilha entre os Homens, é incompatível com as alterações ao regime das autarquias locais que estão a ser impostas, contra a vontade das populações.

A redução drástica do número de freguesias, a nova lei das finanças locais e das competências autárquicas, todas estas alterações impostas pela dupla PSD / CDS-PP, constituem um verdadeiro ataque ao Poder Local Democrático. Um poder Local que foi uma das maiores conquistas do 25 de Abril de 1974 e cujas políticas públicas permitiram retirar o país do subdesenvolvimento a que foi remetido por uma das mais longas e atrofiadas ditaduras da Europa. Um poder local onde a democracia encontrou maior espaço de implantação e de afirmação.

Numa democracia que necessita constantemente de ser aprofundada, melhorada e mais participada, o Poder Local tem o privilégio de estar mais próximo das populações e, por isso mesmo, pode facilitar o seu envolvimento na causa pública e nas tomadas de decisão. Os ataques à autonomia financeira e administrativa do Poder Local perpetrados nesta dita Reforma contribuem para aumentar o afastamento dos cidadãos dos órgãos democráticos e da vida pública e fragilizam ainda mais a sua possibilidade de participação.

A extinção de cerca de 1200 freguesias, num processo contestado pela ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, por autarquias e populações em geral, vai contribuir para o enfraquecimento e empobrecimento da nossa democracia e vai ainda fragilizar e degradar a prestação de serviços públicos.

Um processo que irá contribuir fortemente para degradar a qualidade de vida das populações, distanciar ainda mais o acesso a serviços básicos e essenciais e relegar para um sistema de economia de mercado cada vez mais agressivo e impessoal, desestruturado e destabilizante. Criará ainda maiores dificuldades à estabilização social, à criação de emprego e ao desenvolvimento das economias locais, não conseguindo fazer face à crise estrutural, económica, social e ambiental que se agrava de dia para dia.

Os Verdes reunidos no 3º Agir Local, Encontro de Autarcas e Ativistas do PEV, defendem o Poder Local Democrático, uma das grandes conquistas do 25 de Abril de 1974, como um espaço privilegiado de participação e de proximidade entre o poder democrático eleito e as populações. Por essa razão, Os Verdes defendem a manutenção das atuais freguesias com profundas ligações históricas às populações e lutarão pela reposição da divisão administrativa atual e pelo respeito pela identidade cultural das populações.

O papel e a importância dos Órgãos Autárquicos na administração do território, assim como a ação local na organização do país são entendidos por nós, Ecologistas do PEV, como fatores determinantes no desenvolvimento do país e das nossas comunidades:

Proximidade e participação

As bases do Poder Local Democrático devem assentar nos princípios da transparência e da proximidade, respeitando sempre a representatividade eleitoral.

O Poder Local será tanto mais Democrático quanto mais localmente for exercido, de forma inclusiva e plural e que estreite as relações entre os cidadãos e os seus representantes. O Poder Local deve gerar entre eleitos, munícipes e fregueses relações mais equitativas e mais igualitárias.

Garantir a facilidade do acesso à informação, promover a descentralização de serviços, promover a participação das populações e das suas organizações é fundamental para provocar as mudanças necessárias e elevar a eficácia da gestão autárquica e dos serviços prestados às populações. Esta gestão partilhada, inclusiva e participada mobiliza eleitos e eleitores na defesa dos interesses locais e envolve de forma mais unitária os vários parceiros nas tomadas de decisão e na resolução dos problemas.

Planeamento territorial e Mobilidade

Num momento de crise económica e ambiental profundas, os transportes públicos devem ser um pilar fundamental de uma estratégia de desenvolvimento global/local que alivie a nossa fatura energética e reduza a emissão de gases com efeito de estufa, que promova o emprego, que facilite a mobilidade e que combata a desertificação do interior do nosso país.

A mobilidade é hoje um fator incontornável da gestão territorial e do desenvolvimento comunitário. Essa gestão não pode estar afastada das necessidades das populações e por isso mesmo da ação local. Não minorando o papel do planeamento intermunicipal, regional e nacional na mobilidade e nas diferentes redes de transporte, é na definição de intermobilidade, na promoção do transporte público e na gestão energética eficiente e na promoção de espaço e áreas de mobilidade suave ou mista que a ação local e o Poder Local são determinantes.

Uma oferta diversificada é cada vez mais urgente não só pela uma defesa de formas mais saudáveis de mobilidade para fazer face ao nosso défice energético (energia primária, importações de petróleo, poluição atmosférica, doenças e alterações climáticas) como também para contornar dificuldades agravadas pela actual crise e pelas cíclicas crises do petróleo.

A gestão pública dos transportes colectivos assume, por isso, um papel relevante na assunção desse serviço porque deve ser efetivamente um serviço público, com vantagens diretas para quem usufrui e com fortes impactes positivos numa gestão sustentável do espaço municipal.

Essa gestão deve também ela promover a existência de áreas verdes e corredores verdes como espaços de lazer, como espaços complementares, de proteção e desenvolvimento de hortas urbanas e como potenciadores de biodiversidade, ou mesmo integrando a rede nacional de áreas protegidas.

Planear sustentavelmente o território, onde se vive e habita implica não só definir políticas habitacionais que fixem população, atraindo novos residentes, mas também que respondam quer aos problemas dos bairros já existentes, quer à reabilitação do já edificado. Lei das rendas e lei do arrendamento.

Defesa da gestão pública da Água e valorização dos serviços públicos

A Gestão e ação local e autárquica têm um papel de extrema relevância no acesso dos municípios e dos cidadãos em geral aos serviços públicos.

A Água pública tem aqui lugar de destaque, por um lado porque o PEV irá lançar brevemente uma campanha contra a privatização da Água, por outro, porque a água é um bem público a que todos devem ter igualdade no acesso. Como tal, a sua Gestão deve ser pública e sujeita ao controlo democrático e à possibilidade de participação pública na sua gestão.

Não aceitamos que a água seja tratada como uma mercadoria, ou como um mero negócio e defendemos intransigentemente a Gestão Pública dos serviços de captação e abastecimento de água, bem como do tratamento das águas residuais.

Da mesma forma, o acesso aos serviços de saúde não pode ficar condicionado por opções mercantilistas e de mercado; devem acompanhar as necessidades e características das populações, assim como a sua dispersão territorial. Para se garantir um verdadeiro acesso universal aos cuidados médicos de saúde é fundamental garantir serviços de proximidade, desde unidades de saúde local às unidades Hospitalares e com um melhor funcionamento do Serviço Nacional de Saúde. Áreas que têm forçosamente de ser concertadas entre a administração central e a administração local, dando especial atenção à população mais carenciada, mais idosa, isolada e com dificuldades de mobilidade.

É importante também combater as exclusões, eliminando as barreiras arquitetónicas e adaptando os respetivos espaços circundantes dos edifícios e espaços públicos à mobilidade reduzida.

Uma educação pública para todos

A Educação é um fator de emancipação, de formação, valorização e desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para a vida profissional e para o exercício da cidadania.

É também um pilar fundamental para o desenvolvimento do país e para o combate à pobreza, às injustiças e à exclusão social, em prol de uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

A educação para todos só é possível com uma escola pública, na qual autarquias e administração central têm um papel fundamental e onde a interação e a articulação devem ser amplamente concertadas e onde a comunidade escolar não pode estar arredada, pois pais, alunos e professores têm um papel vital neste processo e devem, por isso, ser sempre envolvidos nas decisões e no planeamento.

No quadro de competências das autarquias locais, deve ser assegurada uma Escola Pública de qualidade, que dê ênfase à inclusão, à educação para a paz e para o ambiente e que incentive a prática desportiva e as diversas expressões de índole cultural.

Cultura

A Ação e o Poder Local são fatores de desenvolvimento e aprofundamento de cultura. Promover a prática do desporto e da expressão cultural nas suas diversas formas, é sinónimo de uma sociedade saudável e para a qual devem ser criados, desenvolvidos e dinamizados espaços quer físicos quer sociais. O envolvimento das populações e o incentivo e apoio a associações, grupos e coletividades de cultura, desporto e recreio, é um passo fundamental que tem de ser aprofundado.

Apoiar os Jovens

As autarquias locais um são espaço privilegiado de apoio à juventude, à criatividade e à realização pessoal e coletiva, como fatores de desenvolvimento das relações inter-pessoais, como potenciador do envolvimento em atividades culturais, desportivas e associativas e como fator de estabilidade social e emocional. O Poder Local pode e deve ter um papel

fulcral na procura e ajuda à criação do primeiro emprego jovem, e no processo de integração social e profissional.

Energia

A procura de soluções para uma maior eficiência no consumo energético, assim como a promoção de formas de produção de eletricidade mais sustentáveis (fotovoltaica, solar térmico e eólica) permite uma maior independência energética e uma maior sustentabilidade. Por outro lado, constitui um forte incentivo a toda uma fileira de negócio que não é negligenciável, a par de uma política de mobilidade sustentável e suave.

Uma gestão energética eficiente e sustentável necessita forçosamente de projectos que promovam a poupança de energia e a eficiência energética. Nos edifícios públicos esta deve ser uma prioridade, assim como nos Regulamentos de Edificação Urbana; onde a diversificação das fontes de energia renováveis, com especial atenção para a solar e para a eólica deve ser privilegiada e incentivada.

Economia Local

Os apoios e defesa da produção e do consumo de produtos locais, assim como o apoio a redes de distribuição dessa produção, constituem uma forma sustentável de apoiar a economia local e desenvolver um serviço de qualidade.

Soluções de desenvolvimento e incentivo à criação de hortas urbanas e comunitárias, promoção de feiras e mercados de produtos locais e apoio à formação nesta área são veículos emancipadores da economia, permitem uma maior independência e soberania alimentar e desenvolvem raízes mais fortes de fixação económica das populações.

Outras formas de escoamento e distribuição das produções locais como redes de fornecimento de cantinas públicas e escolares locais constituem instrumentos que dinamizam estas atividades e devem por isso ser desenvolvidos nomeadamente pela administração local.

Na produção alimentar recusamos a utilização de Organismos Geneticamente Modificados e defenderemos uma produção de natureza biológica.

Valorizar o Projeto CDU

Pautando-se por uma postura de transparência, rigor e competência, a CDU - Coligação Democrática Unitária, tem dado um excelente contributo para o desenvolvimento local e é um exemplo prestigiante para o Poder Local e para a dignificação da Democracia.

A CDU e os seus eleitos são portadores de um projecto autárquico que tem por base os princípios "Trabalho, Honestidade e Competência", enquanto representantes das populações que os elegem, como dinamizadores da luta, sempre com as populações na defesa dos seus direitos e interesses

Porque a CDU, ouvindo as populações e as forças vivas locais, promove o seu envolvimento na discussão dos problemas e na apresentação das soluções.

Dinamizar, aprofundar e contribuir para o crescimento da CDU é contribuir para a dignificação e desenvolvimento do Poder Local.

O Poder Local Democrático, assente nos ideais e nos valores do 25 de Abril de 1974, é indissociável do trabalho dos candidatos e dos eleitos da CDU

Com a CDU nas autarquias “O Povo é quem mais ordena”

Agir com as Populações

Defender o Poder Local

Almada, 16 de Março de 2013